

Fundo Rotativo Solidário da COOMAFES: Crédito, Autogestão e Empoderamento Feminino no município de Valença – BA.

Aline de Oliveira Andrade (UNEB – E-mail: alineandrade@uneb.br)
Evely Nascimento dos Santos (UNEB – E-mail: evelynascimento510@gmail.com)
Ravena dos Santos Nascimento (UNEB – E-mail: nsravena@gmail.com)

Eixo: GT 8 – Financiamento e práticas de finanças solidárias.

Resumo: O presente trabalho discute a implementação do Fundo Rotativo Solidário (FRS) da Cooperativa Feminina da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Valença (BA) – COOMAFES, a cooperativa foi fundada em 2017 e o FRS em 2023. Em 2025 a cooperativa tem 123 cooperadas. “O fundo rotativo solidário é como uma poupança comunitária gerida coletivamente para fortalecer a agricultura familiar. Essa poupança é formada por meio da doação voluntária de recursos por cada membro participante do fundo ou ainda pode ser constituída a partir de ações e recursos externos” (Freire, 2011). A experiência surge na cooperativa como resposta à dificuldade de acesso ao crédito pelas agricultoras familiares, realidade historicamente marcada pela exclusão das políticas de fomento que privilegiam grandes proprietários e monoculturas (Aquino; Cazolla; Schneider, 2017). A COOMAFES estruturou o FRS como uma poupança coletiva voltada ao fortalecimento produtivo e organizativo de suas cooperadas. O fundo foi formalizado em assembleia de 2023, com capital inicial de R\$ 15 mil oriundo das reservas da cooperativa, acrescido de 20% das sobras anuais de 2022, totalizando R\$16.479,38 para começar a execução. Sua gestão é realizada por uma comissão eleita em assembleia, composta por cinco cooperadas, com mandato de dois anos, e responsável pela análise das solicitações, liberação dos créditos e acompanhamento das devoluções (COOMAFES - Relatório FRS, 2024). Entre 2023 e 2024, o FRS atendeu dezenove de cooperadas, financiando aquisição de equipamentos, insumos e capital de giro, fundamentais para ampliar a produção e a comercialização. O processo fortaleceu a autogestão, a solidariedade e a educação financeira das cooperadas, constituindo-se em prática de finanças solidárias enraizada nos princípios da economia solidária (Singer, 2002; Silva, 2017). A experiência demonstra que os fundos rotativos solidários, além de suprir a lacuna deixada pelo sistema financeiro formal, configuram-se como instrumentos de autonomia econômica e empoderamento feminino no campo, articulando sustentabilidade, solidariedade e geração de renda. No caso da COOMAFES, o FRS se consolida como um mecanismo de resistência frente às desigualdades de gênero e às limitações de acesso ao crédito rural, promovendo inclusão e bem viver no território, ao tempo que fortalece as práticas produtivas e econômicas das cooperadas da cooperativa.

Palavras chave: cooperativismo feminino; mulheres rurais; economia solidária.

Introdução

O acesso ao crédito rural no Brasil é historicamente desigual e restrito, privilegiando grandes proprietários e sistemas produtivos voltados para monoculturas e exportação.

O sistema financeiro tradicional opera através de uma dupla exclusão quando se trata de mulheres agricultoras: primeiro, pela lógica patriarcal

que invisibiliza seu trabalho produtivo; segundo, pelos critérios técnicos de avaliação de crédito que desconsideram as especificidades da agricultura familiar. Como resultado, menos de 10% dos financiamentos rurais no Nordeste brasileiro são destinados a mulheres, perpetuando um ciclo de dependência econômica" (SILIPRANDI, 2015, p. 134).

Desde a década de 1960, as políticas de modernização da agricultura brasileira, alinhadas ao paradigma da chamada “revolução verde”, fomentaram a mecanização intensiva e o uso de insumos químicos, excluindo amplamente a agricultura familiar das linhas de financiamento (Aquino; Cazolla; Schneider, 2017). Apesar de avanços importantes com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1996 e da Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006), o cenário de exclusão persiste, especialmente para mulheres agricultoras, que enfrentam barreiras adicionais de gênero no acesso a crédito, terras e políticas públicas (Siliprandi, 2015).

Diante dessa lacuna, iniciativas autogestionárias de finanças solidárias têm se consolidado como alternativas concretas de promoção de autonomia econômica e fortalecimento comunitário. Entre essas experiências, destacam-se os Fundos Rotativos Solidários (FRS), definidos como “poupanças coletivas autogeridas que financiam prioritariamente atividades produtivas de caráter local” (Silva, 2017, p. 22). Mais do que instrumentos financeiros, os FRS se configuram como práticas pedagógicas e políticas, pois estimulam a solidariedade, a corresponsabilidade e a educação financeira coletiva, ao mesmo tempo em que enfrentam os limites do sistema financeiro formal (Barreto, 2016).

No Brasil, experiências de FRS têm se mostrado fundamentais para viabilizar a transição agroecológica, o fortalecimento da agricultura familiar e a inclusão de populações historicamente marginalizadas. Estudos como os de Santos (2020) demonstram que no Território do Baixo Sul da Bahia, região marcada pela presença de monocultivos e pela exclusão social de agricultores familiares, os fundos rotativos têm possibilitado investimentos em práticas agroecológicas e fortalecimento de comunidades rurais.

É nesse contexto que se insere a experiência da Cooperativa Feminina da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Valença – COOMAFES. De acordo com Andrade (2019) a COOMAFES tem sua história de formalização da auto-organização de mulheres rurais do município de Valença – BA, em prol de visibilidade, valorização e melhores condições de trabalho e renda através das práticas e princípios da agricultura familiar e economia solidária. Formalizando a cooperativa em novembro de 2017, com

21 cooperadas, chegando em 2025 com 123 cooperadas.

A COOMAFES, que em 2023 implementou o seu Fundo Rotativo Solidário. O processo nasceu de um sonho coletivo alimentado por lideranças da cooperativa e se materializou como uma estratégia de fortalecimento das mulheres agricultoras organizadas, garantindo acesso a recursos para equipamentos, insumos e capital de giro, elementos centrais para a produção e a comercialização.

As cooperadas da COOMAFES estão inseridas em diferentes cadeias produtivas da agricultura familiar e da economia solidária, entre as quais se destacam o cultivo e beneficiamento da mandioca, a produção de hortaliças, frutas tropicais, mel, polpas, além do artesanato e de outros produtos em pequena escala. Essa diversidade produtiva, além de garantir a segurança alimentar das famílias, representa um importante caminho para a geração de renda e para o fortalecimento do protagonismo feminino no campo. No que se refere à comercialização, observa-se que as mulheres acessam quatro espaços estruturados pela cooperativa: as feiras agroecológicas e culturais realizadas em municípios da região; a loja própria da COOMAFES, localizada em Valença; os mercados institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); e, por fim, a intercooperação, por meio da venda de produtos para outras cooperativas e redes solidárias. A finalidade de acesso ao Fundo Rotativo Solidário (FRS) está diretamente vinculada a essas cadeias e espaços, contemplando desde a compra de insumos e embalagens até investimentos em equipamentos, capital de giro e melhorias na infraestrutura produtiva.

Este artigo tem como objetivo analisar a implementação do Fundo Rotativo Solidário da COOMAFES, destacando sua trajetória, seus instrumentos de gestão e seus impactos no fortalecimento econômico e organizativo das cooperadas. Além de descrever o caso empírico, pretende-se refletir sobre a importância dos FRS enquanto prática de finanças solidárias e ferramenta de enfrentamento às desigualdades estruturais que limitam a autonomia das mulheres no campo.

Metodologia

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, fundamentada na análise documental e na escuta de narrativas orais, visando compreender o processo de criação e funcionamento do Fundo Rotativo Solidário (FRS) da COOMAFES. Foram utilizadas três fontes principais de informação. Em primeiro lugar, documentos institucionais da COOMAFES, incluindo o Regimento Interno do Fundo Rotativo Solidário (2023) - que estabeleceu as normas, valores, atribuições da comissão gestora e critérios de acesso ao

crédito - e o Relatório de Prestação de Contas do FRS (2024), contendo dados detalhados sobre cooperadas beneficiadas, valores liberados, prazos de devolução e saldo do fundo.

Em segundo lugar, trabalhamos com transcrições orais de lideranças e cooperadas da COOMAFES, que narraram a gênese do fundo, seus desafios iniciais, a formação da comissão gestora e os critérios de aprovação das solicitações. Essa valorização da oralidade como fonte permitiu captar não apenas os fatos objetivos, mas também as percepções, expectativas e significados que as próprias mulheres envolvidas atribuíram ao FRS.

Complementando essas fontes primárias, recorremos a referências acadêmicas sobre economia solidária, fundos rotativos e gênero, incluindo trabalhos de Barreto (2016), Silva (2017) e Santos (2020), além de autoras que problematizam o papel das mulheres na agricultura familiar e nos processos de economia solidária, como Siliprandi (2015) e Paulilo (2013). Singer FRS se constitui como espaço privilegiado de aprendizagem coletiva, fortalecimento organizativo e construção de autonomia das cooperadas - dimensões essenciais que encontram respaldo teórico nos trabalhos de Singer (2002) e Gaiger (2004)

A análise desenvolveu-se em dois eixos complementares: um descritivo-analítico, voltado para sistematizar a trajetória de implementação do fundo desde sua criação em assembleia até a operacionalização cotidiana; e outro interpretativo-crítico.

Buscamos estabelecer um diálogo entre a experiência concreta da COOMAFES e a literatura especializada sobre finanças solidárias, destacando tanto seus limites quanto suas potencialidades para o empoderamento feminino e a construção de alternativas econômicas solidárias no campo. Essa opção metodológica não foi casual, mas conscientemente alinhada com a tradição da economia solidária como prática formativa.

Dessa forma, superamos a mera coleta de dados sobre o funcionamento técnico do fundo para compreender profundamente como o FRS se constitui como espaço privilegiado de aprendizagem coletiva, fortalecimento organizativo e construção de autonomia das cooperadas - dimensões essenciais que encontram respaldo teórico nos trabalhos de Singer (2002) e Gaiger (2004) sobre os processos educativos intrínsecos às experiências de economia solidária.

Referencial Teórico

A implementação do Fundo Rotativo Solidário (FRS) da COOMAFES está

inserida em um campo mais amplo de experiências da economia solidária, que se consolidou no Brasil como movimento social, prática econômica e política pública (Singer, 2002; Gaiger, 2004). A economia solidária propõe alternativas ao sistema capitalista tradicional, fundamentadas em princípios como autogestão, cooperação, solidariedade e sustentabilidade. Nessa perspectiva, os empreendimentos solidários — cooperativas, associações, bancos comunitários e fundos rotativos — constituem não apenas formas de geração de renda, mas também espaços de formação política e emancipação social (França Filho; Laville, 2004).

As finanças solidárias emergem nesse contexto como um conjunto de práticas que buscam democratizar o acesso ao crédito e promover o desenvolvimento local.

O fundo rotativo solidário é como uma poupança comunitária gerida coletivamente para fortalecer a agricultura familiar. Essa poupança é formada por meio da doação voluntária de recursos por cada membro participante do fundo ou ainda pode ser constituída a partir de ações e recursos externos destinados à comunidade. É um FUNDO porque reúne recursos (financeiros, mão-de-obra, sementes, etc.). É ROTATIVO porque os recursos giram, circulam entre todos os participantes. E é SOLIDÁRIO porque você recebe o benefício, mas também pensa no outro, divide com o irmão. (Freire, 2011, p. 13)

Conforme Silva (2017), os empreendimentos de finanças solidárias no Brasil se caracterizam pela proximidade territorial, pela participação coletiva na gestão e pela prioridade a investimentos produtivos de interesse comunitário. Diferentemente das instituições financeiras tradicionais, sua lógica não se orienta pela acumulação de capital, mas pela circulação solidária dos recursos.

Entre as modalidades de finanças solidárias, os Fundos Rotativos Solidários (FRS) ocupam lugar de destaque. Definidos como “poupanças coletivas autogeridas” (Barreto, 2016), os FRS operam por meio de contribuições, doações ou reservas internas, que se transformam em recursos de crédito a serem reinvestidos rotativamente.

Pesquisas realizadas na região do Nordeste brasileiro evidenciam que tais fundos têm papel fundamental no financiamento da agricultura familiar, sobretudo em territórios historicamente marginalizados pelas políticas públicas de crédito rural (Santos, 2020).

Um aspecto importante sobre o tema é que dá base para essas outras formas de economias, é que, antes de tudo, tem que haver organização social. E o FRS é apenas um elemento, porque existem outras práticas que evidenciam o fortalecimento do vínculo entre as comunidades, seja com relações de trocas, mutirões solidários e doações; ou com o compromisso das pessoas para manter o ciclo girando. Então, está muito além do fator "financeiro". (IRPAA, 2023)

Além de representarem um mecanismo econômico, os fundos rotativos solidários (FRS) configuram-se também como processos pedagógicos, uma vez que sua dinâmica pressupõe organização, deliberação coletiva, devolução dos créditos e acompanhamento comunitário. Esses elementos contribuem para a formação de sujeitos coletivos e para o fortalecimento de valores como solidariedade, corresponsabilidade e autonomia (Silva, 2017). Dessa maneira, o FRS extrapola a dimensão financeira, constituindo-se em espaço de aprendizagem social, de experimentação democrática e de construção de novas sociabilidades, especialmente em contextos rurais marcados por desigualdades socioeconômicas.

No caso da COOMAFES, o Fundo Rotativo Solidário insere-se em uma tradição de experiências que buscam articular finanças de proximidade com processos educativos, fortalecendo não apenas a dimensão produtiva, mas também a organizativa e política das mulheres cooperadas. Tal perspectiva encontra respaldo em Singer (2002), para quem a economia solidária se caracteriza não apenas como alternativa de geração de renda, mas como projeto de sociedade baseado na cooperação, na autogestão e na democratização das relações econômicas. Da mesma forma, Coraggio (2011) argumenta que práticas como os fundos rotativos contribuem para a constituição de uma economia do trabalho, em oposição à lógica excludente do capital, colocando a vida e as necessidades humanas no centro do processo produtivo.

O recorte de gênero é central nessa discussão. Pesquisas apontam que mulheres agricultoras enfrentam obstáculos adicionais para acessar crédito, terra e assistência técnica, em razão de barreiras estruturais e culturais que as invisibilizam como trabalhadoras e produtoras (Paulilo, 2013; Siliprandi, 2015). Nesse sentido, o FRS da COOMAFES se apresenta como um mecanismo inovador de equidade de gênero, ao garantir crédito produtivo independentemente da posse formal da terra (COOMAFES, 2023). Ao romper com a lógica patriarcal do acesso condicionado à titularidade da terra, o Fundo contribui para fortalecer a autonomia econômica das cooperadas e ampliar sua capacidade de decisão sobre a produção, a renda familiar e sua inserção comunitária.

A experiência da COOMAFES também se conecta a políticas e iniciativas mais amplas de fomento às finanças solidárias, impulsionadas desde os anos 2000 pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes/MTE), pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por organizações da sociedade civil como a Cáritas Brasileira e o IRPAA, além de projetos de cooperação internacional da FAO, da ONU Mulheres e do Banco Mundial. Esse entrelaçamento revela que os FRS não são práticas

isoladas, mas parte de um movimento maior de institucionalização e fortalecimento da economia solidária como política pública no Brasil, um movimento que Gohn (2010) interpreta como expressão da pedagogia dos movimentos sociais, onde a prática cotidiana de organização comunitária se torna espaço formativo e de emancipação política.

A exclusão financeira das mulheres rurais, entretanto, não se resume à ausência de políticas específicas de crédito, mas decorre também da dificuldade de reconhecimento de seu papel como protagonistas nos processos produtivos. Historicamente, o trabalho feminino na agricultura foi interpretado como “ajuda” ou “atividade complementar”, reduzindo sua visibilidade social e política (Paulilo, 2013). Nesse contexto, os fundos rotativos tornam-se instrumentos estratégicos de empoderamento feminino, pois possibilitam não apenas recursos para investir na produção, mas também reconhecimento social, participação política e fortalecimento da autonomia individual e coletiva.

Além da dimensão de gênero, os FRS também se conectam a debates sobre sustentabilidade. Ao analisar experiências de fundos rotativos em diferentes territórios, Santos (2020) evidencia que essas iniciativas contribuem para a transição agroecológica, uma vez que financiam práticas sustentáveis muitas vezes desconsideradas pelas linhas de crédito convencionais. Essa perspectiva dialoga com Altieri (2004), para quem a agroecologia se configura como caminho estratégico para a preservação ambiental, a valorização do conhecimento tradicional e a construção da soberania alimentar. Ao priorizar investimentos em atividades agroecológicas e no fortalecimento das mulheres agricultoras, o FRS da COOMAFES articula finanças solidárias, sustentabilidade, segurança alimentar e a busca por uma reparação mínima frente às desigualdades históricas de gênero e classe.

Dessa forma, o referencial teórico que sustenta este estudo parte da compreensão de que o Fundo Rotativo Solidário é, simultaneamente, um instrumento econômico, um processo pedagógico e uma estratégia política. Ele se apresenta como mecanismo de resistência às desigualdades de gênero e classe, ao mesmo tempo em que promove alternativas concretas para o desenvolvimento sustentável e solidário nos territórios rurais, em consonância com as formulações de Singer (2002), Coraggio (2011), Gohn (2010) e outros autores que defendem a centralidade da economia solidária como caminho de emancipação social.

Discussões e Resultados

A implementação do Fundo Rotativo Solidário (FRS) da COOMAFES resultou de um processo coletivo amadurecido ao longo de anos de debates internos e da inspiração em experiências de outras organizações de economia solidária no Baixo Sul da Bahia. Conforme relataram lideranças da cooperativa, o fundo foi “um sonho de Branca”, que buscava consolidar um instrumento capaz de fortalecer economicamente as cooperadas e, ao mesmo tempo, promover uma cultura de solidariedade financeira.

Essa inspiração, fruto de visitas e intercâmbios a outras entidades, revela como a circulação de saberes entre movimentos sociais foi fundamental para a criação do FRS da COOMAFES — um elemento já identificado por Barreto (2016) como característica marcante da difusão dos fundos rotativos no Brasil.

A implantação do FRS da COOMAFES foi através de uma metodologia de participação ativa entre as cooperadas, o primeiro momento envolveu todas as cooperadas na realização de um curso sobre Fundo Rotativo Solidário com profissionais da área. A formação do FRS da COOMAFES foi essencial para equilibrar os conhecimentos acerca da temática e também desvendar tabus e medos. Os encontros formativos tiveram bastante envolvimento das cooperadas.

Após a etapa da formação escolheu uma comissão para conduzir o processo de construção do regimento interno e também de uma comissão permanente com atuação de dois anos. Essa foi a segunda etapa, na qual essa comissão maior, composta por 10 cooperadoras, fizeram esse apanhando das demandas de como o regimento interno poderia ser representativo para elas. Foram realizados alguns encontros virtuais, esses momentos eram abertos a todas as cooperadas.

A construção e formalização de um fundo rotativo demanda do coletivo a construção de um regimento interno que dará o direcionamento das ações e finalidades, Freire (2011, p.21) explica que

Regimento interno é um conjunto de regras e normas, de direitos e deveres que detalham o funcionamento de um fundo rotativo. É nele que vamos descrever o que é o fundo rotativo da comunidade, para que foi organizado, quem pode participar, de onde vêm os recursos, quem serão os beneficiários das ações, quais são as regras de empréstimo, de contribuição, qual a periodicidade das reuniões, como se dará a participação dos sócios, a entrada de novos beneficiários, a saída dos mesmos e assim por diante.

A terceira etapa é a constituição da comissão que tinha o papel de gerir, acompanhar e apresentar os resultados. Para a escolha dessa comissão foi definido no regimento interno a necessidade de composição sendo uma diretora e quatro cooperadas.

Ou seja, para a formalização do FRS da COOMAFES foi necessário um trabalho para a construção da percepção sobre fundo rotativo, criação das normas para o regimento interno e debate para identificação da comissão. A formalização do fundo ocorreu na assembleia realizada em 2023, com início efetivo das operações em 2023.

A gestão do fundo foi confiada a uma comissão eleita em assembleia, composta por cinco mulheres, com mandato de dois anos. Essa comissão ficou responsável pela análise das solicitações, liberação dos créditos, controle financeiro e elaboração de relatórios anuais (COOMAFES - Relatório FRS, 2024).

Nesse contexto de construção do FRS da COOMAFES e da atuação da primeira coordenação identificou-se a necessidade de criar uma identidade para o Fundo, assim, realizou-se duas rodas de conversa com a comissão, a diretoria e as cooperadas que quisessem participar para elaboração da logomarca do FRS. A construção tomou como base a logomarca da cooperativa, assim, as cores deveriam ser mantidas mostrando a relação e reafirmando a identidade do fundo rotativo.

Com o apoio da equipe do Projeto de Extensão SETES da Universidade do Estado da Bahia (UNEB - Campus XV) foram construídas três logomarcas. As artes representaram bem a dinâmica do que o coletivo da COOMAFES queria, assim, foram para votação. A arte mais votada seria definida como oficial.

Figura 1 - Logomarca da COOMAFES.



Figura 2 - Logomarca do Fundo Rotativo da COOMAFES.



Figura 1 é a logomarca da coomafes, esta arte representa bem o coletivo e foi construída ao longo dos encontros entre 2015 e 2021, quando as mulheres se reuniam para elaboração do estatuto da cooperativa. A Figura 2 do logomarca mais votada, escolhida para representar a identidade do FRS da COOMAFES. Como é possível identificar trouxe elementos da logomarca da cooperativa. As cores, a expressão de união e também o avanço, o crescimento unidas.

O Regimento Interno do Fundo Rotativo Solidário da COOMAFES explicita que o fundo tem como finalidade ‘o fortalecimento das cooperadas; o crescimento da renda; [e a] melhoria da produção com base no financiamento e/ou subsídio da produção e da comercialização’ (COOMAFES, 2023, p. 4). Entre os princípios que orientam a prática, destacam-se ‘união, responsabilidade, compromisso, sabedoria, caráter, coragem e empatia’ (COOMAFES, 2023, p. 5).

No que se refere às regras de acesso, somente as cooperadas ‘que não possuem pendências na cooperativa’ poderão solicitar crédito, com valores entre R\$500,00 e R\$2.500,00, devolução entre três e oito meses e taxa de 2% sobre cada parcela (COOMAFES, 2023, p. 15), reforçando o caráter pedagógico e coletivo do fundo. O caráter rotativo da comissão — com renovação parcial para garantir a continuidade da memória organizativa — reforça a dimensão pedagógica do FRS, na medida em que promove a formação contínua de novas lideranças, algo também apontado por Gaiger (2004) como central na pedagogia da economia solidária.

O capital inicial foi de R\$ 15.000,00 reais, retirado das reservas da cooperativa, e

conforme previsto e aprovado em assembleia o Regimento Interno do FRS da COOMAFES determina que será acrescido anualmente ao valor do FRS a porcentagem de 20% das sobras anuais, quando forem positivas. Assim, o FRS da COOMAFES iniciou as atividades com o valor de R\$16.479,38 (COOMAFES - Regimento Interno, 2023). A decisão de vincular o fundo às sobras evidencia um compromisso coletivo em assegurar a sustentabilidade do mecanismo, prática que reforça a lógica de poupança comunitária rotativa descrita por Silva (2017).

No que se refere ao funcionamento, o regimento estabelece valores entre R\$500,00 e R\$2.500,00 por solicitação, prazos de devolução com carência mínima de três e máxima de oito meses, além da cobrança de uma taxa simbólica de 2% ao mês para custeio administrativo. Em casos de inadimplência ou dificuldades produtivas, é prevista a renegociação, reconhecendo as vulnerabilidades enfrentadas pelas agricultoras. Essa flexibilidade, inexistente no sistema financeiro tradicional, traduz a dimensão de finanças, de proximidade descrita por Silva (2017), em que a solidariedade e o compromisso comunitário substituem a lógica de penalização e exclusão.

Em 2024, de acordo com o relatório oficial, 19 solicitações de crédito foram atendidas, envolvendo valores que variaram de R\$840,00 a R\$2.500,00, direcionados a investimentos em equipamentos, insumos e capital de giro. Do total, sete cooperadas já haviam quitado integralmente seus empréstimos até dezembro de 2024, cinco estavam em fase de devolução, três em carência, uma em atraso e outras três com nova rodada de financiamentos em andamento. O saldo disponível no fundo em dezembro de 2024 era de R\$7.286,46, demonstrando a capacidade do mecanismo de manter-se ativo e reinvestir os recursos.

Um aspecto relevante identificado pela comissão gestora foi a necessidade de fortalecer os mecanismos de controle, como a criação de carnês de devolução e o uso de um e-mail institucional exclusivo do fundo para arquivamento de atas, registros e fichas. Tais práticas mostram o amadurecimento organizativo e a busca por transparência, valores destacados no próprio regimento da COOMAFES como princípios do fundo: união, responsabilidade, compromisso e caráter.

Outro elemento que a comissão gestora do FRS da COOMAFES atentou-se para diversificar as áreas de investimento, com isso, os créditos liberados não foram exclusivamente para uma um fim, a exemplo de criação de aves ou produção de hortaliças. A partir das solicitações que chegavam a comissão analisada quanto de recurso já havia liberado para aquele segmento de produção. Isso possibilitou que mesmo com um recurso relativamente pequeno as diferentes áreas de produção da

cooperativa fossem contempladas.

Nesse contexto, o FRS da COOMAFES foi amadurecendo e buscando estratégias para uma melhor gestão, com isso, além de liberação de recursos para iniciar ou melhorar um processo produtivo *in natura* ou beneficiado, a comissão do fundo conseguiu expandir e organizar a compra coletiva de equipamentos com valores abaixo do mercado e repassando para a cooperada com o mesmo valor. Sendo a devolução feita seguindo as normativas do regimento interno. Essa estratégia possibilitou a melhoria da produção e a ampliação do número de acesso ao FRS da COOMAFES.

Do ponto de vista qualitativo, o FRS da COOMAFES se mostrou fundamental para a ampliação da produção e da comercialização das cooperadas, muitas das quais acessaram pela primeira vez um recurso de crédito voltado à agricultura familiar. Casos como o de Dona Flor (nome figurativo de uma cooperada) que acessou o fundo três vezes, demonstram a confiança no mecanismo e sua importância para garantir continuidade produtiva. Ao mesmo tempo, a comissão decidiu negar um pedido de cooperada recém-ingressa, que não participava ativamente das entregas e formações, reafirmando o caráter pedagógico e organizativo do fundo: não basta o recurso financeiro, é preciso corresponsabilidade com a cooperativa.

Esses resultados confirmam o que Santos (2020) já havia observado em outras experiências no Baixo Sul: os FRS não se limitam a financiar atividades produtivas, mas também educam para a cooperação e a solidariedade, criando um ciclo virtuoso de confiança e corresponsabilidade. No caso da COOMAFES, esse processo assume ainda um caráter de empoderamento feminino, pois são as próprias agricultoras que concebem, gerem e avaliam o fundo, rompendo com a histórica exclusão das mulheres das esferas de decisão econômica no campo (Siliprandi, 2015; Paulilo, 2013).

Os fundos rotativos solidários produzem o que chamamos de 'efeito caleidoscópio': um pequeno recurso financeiro, ao passar pelas mãos das mulheres organizadas, se transforma em: 1) aumento imediato da produção; 2) fortalecimento dos laços comunitários; 3) aprendizado coletivo sobre gestão; e 4) capital político para negociar com instituições. (SANTOS, 2020, p. 156-157).

Portanto, os resultados demonstram que o FRS da COOMAFES cumpre dupla função: de um lado, atua como mecanismo de crédito alternativo e acessível; de outro, fortalece a organização coletiva, a autonomia e o protagonismo das mulheres agricultoras. Essa experiência dialoga com os princípios da economia solidária e do cooperativismo, ao mesmo tempo em que oferece uma resposta prática aos limites estruturais do sistema financeiro formal.

Considerações Finais

A experiência do Fundo Rotativo Solidário (FRS) da COOMAFES confirma a relevância das finanças solidárias como alternativa concreta frente às limitações históricas do sistema financeiro formal, que tende a privilegiar grandes propriedades e monoculturas, em detrimento da agricultura familiar e, sobretudo, das mulheres agricultoras. Ao implementar o fundo, a cooperativa não apenas criou um mecanismo de crédito acessível e de proximidade, mas também consolidou um espaço de formação, solidariedade e empoderamento feminino.

Os resultados observados entre 2023 e 2024 demonstram que o FRS foi capaz de financiar investimentos produtivos em equipamentos, insumos e capital de giro, possibilitando maior inserção das cooperadas na produção e comercialização. Além do impacto econômico, o fundo fortaleceu práticas de autogestão, transparência e corresponsabilidade, reforçando princípios centrais da economia solidária, como cooperação, confiança e solidariedade. Casos de devoluções concluídas, renegociações diante de dificuldades produtivas e negações responsáveis de crédito a cooperadas ainda não engajadas ilustram como o fundo também opera como mecanismo pedagógico, orientando para a participação e o compromisso coletivo.

Entretanto, a experiência também evidencia desafios. A sustentabilidade financeira do fundo depende da devolução sistemática dos créditos e da ampliação dos recursos disponíveis. O saldo de R\$7.286,46 em dezembro de 2024, embora positivo, mostra a necessidade de novas estratégias de captação de recursos, seja por meio de projetos, parcerias institucionais ou aportes adicionais da própria cooperativa. Além disso, a ampliação da adesão ao fundo requer contínuo trabalho de sensibilização, de forma a garantir que mais cooperadas compreendam o FRS não como benefício individual, mas como patrimônio coletivo.

Do ponto de vista teórico e político, a experiência da COOMAFES reafirma o papel dos fundos rotativos como instrumentos de resistência e de construção de alternativas econômicas no campo. Assim como demonstrado por Santos (2020) em experiências no Baixo Sul, o FRS contribui para fortalecer a agricultura familiar e estimular práticas agroecológicas, ao mesmo tempo em que combate desigualdades estruturais de gênero, reconhecendo as mulheres como protagonistas do desenvolvimento rural.

Em termos prospectivos, cabe destacar que o FRS da COOMAFES pode se consolidar como referência para outras cooperativas e organizações do território,

inspirando a criação de novos fundos e a articulação em redes de finanças solidárias. A incorporação do fundo às agendas de políticas públicas, por meio de programas de apoio à economia solidária, também se apresenta como um caminho promissor, garantindo maior robustez e estabilidade para iniciativas desse tipo.

Conclui-se, portanto, que o Fundo Rotativo Solidário da COOMAFES transcende sua função econômica. Ele é, sobretudo, um instrumento político-pedagógico de emancipação, capaz de articular geração de renda, solidariedade, sustentabilidade e igualdade de gênero. Sua experiência confirma que as finanças solidárias, quando enraizadas em processos comunitários e autogestionários, não apenas enfrentam as lacunas do sistema financeiro formal, mas também contribuem para a construção de sociedades mais justas, cooperativas e sustentáveis.

Referências

ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

ANDRADE, Aline de Oliveira. O semear de uma construção coletiva: a trajetória da formação da Cooperativa Feminina da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Valença-BA (COOMAFES). 2019. Dissertação (Mestrado profissional em Educação do Campo) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa, 2019.

AQUINO, J. R.; CAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. O financiamento público da produção agroecológica e orgânica no Brasil. In: SAMBUICHI, R. H. R. et al. (Orgs.). A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil. Brasília: Ipea, 2017. Cap. 2, p. 33-89.

BARRETO, S. S. Os fundos rotativos solidários no Brasil: uma perspectiva a partir do mapeamento de 2011-2012. Boletim Mercado de Trabalho, n. 60, p. 11-20, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/01e9cfcc-8c84-4521-821b-60ba931f15a5>. Acesso em: 15 jul. 2024.

COOMAFES. Regimento Interno do Fundo Rotativo Solidário.

COOMAFES. Relatório de Prestação de Contas do FRS – 2023.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L. Economia solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FREIRE, Adriana Galvão. Cordel do Fundo Solidário: gerando riquezas e saberes - noções de boas práticas sobre organização e gestão. Cartilha Miolo, ano: 2011. Disponível em: https://aspta.org.br/files/2011/07/cartilha_miolo.pdf. Acesso em 10 de agosto de 2025.

IRPA Convivência com o Semiárido. Experiências de Fundo Rotativo Solidário em Monte Santo inspiram grupos do Território Sertão do São Francisco a seguirem implementando essa iniciativa. Ano: 2023. Disponível em:

<https://irpaa.org/2023/12/11/experiencias-de-fundo-rotativo-solidario-em-monte-santo-inspiram-grupos-do-territorio-sertao-do-sao-francisco-a-seguirem-implementando-essa-iniciativa/>. Acesso em 02 de agosto de 2025.

GAIGER, L. I. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. São Paulo: Cortez, 2004.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

PAULILO, M. I. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. Revista Estudos Feministas, v. 21, n. 1, p. 229-252, jan./abr. 2013. Disponível em: Acesso em: 15 jul. 2024.

SANTOS, S. S. Fundo Rotativo Solidário e Agroecologia no Baixo Sul da Bahia. Boletim Mercado de Trabalho, n. 68, p. 44-59, 2020. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/200519_bmt68_economia_solid%C3%A1ria_art02.pdf. Acesso em: 15 ago 2025.

SILIPRANDI, E. Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, S. P. Economia solidária e finanças de proximidade. Brasília: Ipea, 2017.

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.